

**APRESENTAÇÃO:
SOCIEDADE E CONHECIMENTO EM DEBATES**

PRESENTATION:
SOCIETY AND KNOWLEDGE IN DEBATES

ARTICLE INFO

Article history:
Received 2018-04-30
Accepted 2018-05-02
Available online 2018-05-02

Palavras-chave: Publicações; REVES; Editorial; Sociedade; Artigos; Apresentação.

Keywords: Publications; REVES; Editorial; Society; Articles; Presentation.

*Autor correspondente:
E-mail: marquesreis@hotmail.com

Este primeiro volume da *Revista Relações Sociais* surge em um momento *suigeneris* do Brasil. Lamentavelmente, assistimos a uma crise econômica, institucional e político-moral sem precedentes, após termos experimentado um período de relativa estabilidade econômica e social jamais experimentada no período pós-redemocratização do país. Período no qual houve avanços bem significativos nas áreas da educação, ciência e tecnologia, embora tenham persistido altos índices de desigualdades sociais e, sobretudo, de gênero expressas especialmente em termos da ausência de equidade de acesso à educação gratuita de qualidade, à renda mínima e ao pleno emprego. De modo que experimentamos até há pouco tempo um período de estabilidade que sinalizou avanços nas diferentes áreas sociais.

No entanto, vivemos atualmente tempos sombrios que nos remetem à época ditatorial do Brasil. Na esfera do mundo do trabalho, trabalhadores/as sofreram um grande golpe com a reforma que alijou direitos trabalhistas mínimos que nos remetem aos inícios do século XX. No âmbito da educação básica, os ensinamentos de filosofia e sociologia com as suas vocações crítica e reflexiva perderam o caráter de obrigatoriedade, dando lugar a um modelo educacional apolítico destituído de refletividade e questionamentos, desarticulado de uma proposta pedagógica que pensa a sociedade em sua totalidade e com responsabilidade intelectual.

De modo que concordamos com Paulo Freire, ao afirmar que “a educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humano” (FREIRE, 1987, p. 7). Sendo desse modo, como pensar uma educação formal que não contribua com a formação integral do homem/mulher, já que a “hominização” não é um processo natural, é um movimento histórico-filosófico e antropológico dialético.

De fato, o cenário político atual demarca o desmonte das políticas públicas sociais que caracterizavam a socialdemocracia brasileira inaugurada nos anos 2000, onde as questões de gênero e sexualidade são banidas das propostas curriculares da educação brasileira, como parte de um projeto maior de desmonte do Estado de direitos. Carecemos de reflexões, críticas e, sobretudo, de

ações concretas acerca desse momento sombrio. À vista disso, com o golpe perpetrado por uma extrema direita androcêntrica, conservadora, fascista e detentora de poder político-ideológico e econômico contraditórios – os quais foram colocados a serviço de uma elite privilegiada –, as minorias sociais, ou seja, as classes subalternizadas carentes de representatividade foram alijadas de direitos sociais básicos.

Nesse momento conturbado, a REVES surge como um espaço de comunicação e reflexão de estudos, experiências e pesquisas acadêmicas que demarcam a preocupação da Academia com questões filosóficas, políticas e sociais que perpassam as minorias sub-representadas e despossuídas de direitos sociais básicos. Neste número que inaugura a revista, a satisfação maior é destacar a participação de jovens pesquisadores das diferentes regiões brasileiras, que nos prestigiaram com abordagens teórico-epistemológicas que contemplam estudos por questões sociais, por exemplo, o debate feminista, as relações de poder, as dinâmicas sociais de resistência, entre outras.

Maria Elza Soares da Silva em “Da terra prometida à terra do abandono: o legado do programa do biodiesel no sertão do Piauí” traz uma discussão crítica bem atual a partir da análise do modelo de assentamento público-privado instalado no sul do Piauí no ano de 2005, que contemplou a dimensão social do Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel - PNPB. A autora apresenta, com bastante vigor, as experiências do PNPB sobre a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel como estratégia de geração de renda e acesso a terra para agricultores pobres piauienses. A sua crítica bem indica os pontos de conflitos e as estratégias de sobrevivência que emergiram dessa proposta de desenvolvimento rural.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Ana Paula Dias Corrêa e Rayanne Gama trazem uma interessante discussão acerca da importância do currículo em Serviço Social pensando como construção social, que direciona a formação profissional e deve estar conectado às necessidades e ao movimento da sociedade. Em seu artigo “Currículo em serviço social: construção e desafios contemporâneos” as autoras destacam a construção dos componentes curriculares da área e o seu percurso ao longo da trajetória sócio-histórica na sociedade brasileira. Importa destacar que as autoras apontam o cenário atual “marcado pela mercantilização do ensino superior” e pela competitividade, onde os interesses do capital comprometem a formação dos/as profissionais.

Em “Mulheres na política: histórias de protagonismo feminino na Amazônia e a luta contra o preconceito de gênero nas instâncias de poder político”, Michelle Rabelo Souza apresenta pesquisa sobre gênero e política destacando, com bastante profundidade reflexiva, a presença de mulheres amazonenses na política local e nacional. A autora observa que a despeito dos avanços da participação da mulher no mercado de trabalho e nos cursos de formação superior, a sua participação no parlamento é pouco significativa. De fato, o debate travado contribui com as discussões que, conforme a próprias palavras da autora, envolvem a condição feminina não só na sociedade em que estão inseridas, mas com a relação a sua luta pelo direito de exercer de forma igualitária, sua função como parlamentar.

No campo da Filosofia Política, a noção de acontecimento é o objeto de discussão de Wagner dos Reis Marques Araújo e Antonio Marcos de Oliveira Siqueira no artigo “O ‘acontecimento’ como procedimento da verdade na perspectiva ontológica de Alain Badiou”. Os autores discutem aspectos básicos do pensamento político elaborado por Alain Badiou, um filósofo francês

contemporâneo, que vem se destacando na construção de uma filosofia que se propõe a recuperar o ideal emancipatório que foi abandonado pelos filósofos franceses. Os autores apresentam a síntese dos conceitos verdade, acontecimento e ontologia desse filósofo, para se afirmar que a investigação badiouano é sobre o “Ser”, a verdade e o sujeito, e não tanto sobre as condições de construção do conhecimento.

No campo dos estudos culturais, Amanda Cristina Santiago Silva Ciro apresenta sua reflexão no artigo “Por memórias do futuro: as potencialidades do patrimônio para o desenvolvimento local na Comunidade Quilombola do Buieié”, trazendo um recorte acerca da cultura imaterial de uma comunidade quilombola da Zona da Mata mineira. Tomando como referência esse universo de pesquisa, orientando-se nos estudos de memórias e patrimônios em desaparecimento, a autora aponta que a apropriação da memória cultural é indispensável para o fortalecimento dos sentimentos de identidade, como se ancora na busca pelos e os novos tipos de cidadania.

O artigo de Ricardo Cortes Lopes, “Etimologia do *latim* no ensino de sociologia: palavras e genealogia” apresenta uma reflexão sobre uso de termos em latim no recente ensino de sociologia, onde o autor utiliza-se da epistemologia foucaultiana para mostrar a utilização de palavras (ou conceitos) através da dimensão diacrônica, para deduzir como essas são portadoras de relações de poder. Tal aplicação como abordagem pedagógica pode adicionar também outro tipo de erudição, segundo defende o autor, que pode ser muito benéfica para o ensino de sociologia, considerando que o latim é uma herança e pode ajudar a explicar a nossa cultura.

José Mauro Pires Silveira, em “Praça Sant’Anna: um patrimônio cultural protegido pela ação civil pública (Lei no 7.347/85)”, apresenta um debate acerca da importância da “ação civil pública” como instrumento para a proteção do patrimônio cultural, de uma praça marco central da origem do município de Pirapetinga, no Sul da Zona da Mata de Minas Gerais. O debate perpassa alguns conceitos sobre patrimônio cultural, identificando a importância para a vida social, o autor recupera a história da Praça Sant’Anna, como sendo marco referencial de Pirapetinga/MG.

No “O processo civilizador e as configurações cegas no projeto de assentamento Tarumã Mirim”, Aguida Menezes Valadares Demétrio com Rita Maria dos Santos Puga Babosa buscam compreender o processo civilizador, nas suas interdependências e inter-relações sociais dentro de um assentamento localizado no Tarumã Mirim, área rural de Manaus; elas apontam como consequência para o êxodo rural dos jovens da comunidade pesquisada a ausência de investimentos, que propiciem condições satisfatórias para a fixação desses sujeitos. As autoras trazem uma breve revisão da noção de “processo civilizatório” de Norbet Elias, segundo a qual, as estruturas emocionais e comportamentais incorporam-se, moldando, modificando e transformando comportamentos que acontecem na sociedade.

Em “Políticas de formação continuada em serviço: percepção de professores em estágio probatório”, Rosimeri da Silva Pereira e Izoni Souza Trindade realizam uma crítica bem pertinente acerca da formação continuada vinculada ao processo de “estágio probatório”, tendo como referência o Programa de Formação de Profissionais da Educação Pública (PFPEP) instalado na rede estadual de ensino do estado do Amazonas. As autoras concluem que o campo da “formação em serviço” desse Estado da região Norte do Brasil apresenta inúmeros desafios como, por exemplo, a proposição de uma matriz curricular de formação articulada aos interesses e necessidades de formação desse professorado.

Por fim, no artigo “Competências na formação de professores: da LDB à BNCC”, Gilmara Oliveira Maquiné com Rosa Oliveira Martins Azevedo apontam as competências em documentos que norteiam a educação no Brasil e os reflexos destas publicações na formação docente, dois documentos norteiam a discussão das autoras: a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Concluimos esta apresentação felicitando os nossos Autores/as, Editores/as e Leitores/as pelo empreendimento intelectual que demos corpo, ensejando que possamos utilizar este espaço científico para a socialização de saberes, cujos avanços alcançados possam auxiliar na construção de um mundo melhor com mais equidade, justiça social e humana. Assim sendo, convidamos a todos/as a serem “filósofos espontâneos”, uma vez que concordamos com Gramsci ao afirmar que “todos os homens [e mulheres] são filósofos”; à vista disso, como indivíduos sociais que são, desenvolvam uma concepção de mundo de forma ativa, crítica e consciente e, por meio dela, participem ativamente na produção da história do mundo.

Boa leitura!

Wagner dos Reis Marques Araújo, Doutor em Sociologia/UFRGS

Editor Gerente

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Tradução Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Introdução ao estudo da Filosofia*. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.